

**PROJETO DE LEI Nº** **, DE 2011.**  
**(Do Sr. Alberto Filho)**

*Altera o artigo 2º da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estende os benefícios da assistência judiciária às pessoas jurídicas.

Art. 2º O art. 2º da Lei nº 1.060, de 5 fevereiro de 1950, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

.....  
.....

§ 1º Considera-se necessitado, para os fins legais, toda pessoa física cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado sem prejuízo do sustento próprio ou da família, ou toda pessoa jurídica que não possa arcar com as mesmas despesas sem prejuízo à sua atividade empresarial.

§ 2º O benefício de que trata esta lei somente será deferido à pessoa jurídica em situação regular, cujos atos constitutivos estejam inscritos no competente órgão de registro.

§ 3º É assegurado o benefício de que trata essa lei às pessoas jurídicas de natureza assistencial, filantrópica ou sindical, desde que atuem no interesse da coletividade e não possuam finalidade lucrativa. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O acesso do cidadão à prestação jurisdicional do Estado é garantia constitucional que há muito vem sendo moldada em nossas Cartas Maiores, tendo sido aprimorada gradativamente em cada nova Assembléia Constituinte, ou mesmo por meio de emendas constitucionais. A assistência judiciária é, um dos mais importantes instrumentos que viabilizam esse acesso do cidadão ao Poder Judiciário.

Com a formatação do Estado Democrático de Direito, essa conquista se aprimora e o povo brasileiro pode assim, por intermédio da Justiça, alcançar a solução de problemas de caráter não apenas econômico, mas também de cunho social.

A gratuidade de Justiça não tem o simples escopo do benefício econômico; sobretudo, ela propicia ao cidadão que se encontre em dificuldades, ou momentaneamente desprovido de recursos, a elucidação de problemas junto ao Judiciário, que é a última e possível instância para resolução das questões que afligem a nossa sociedade.

Insera-se neste contexto a função social do direito, bem como do próprio instituto da assistência judiciária.

Sendo um instrumento de inserção social, a gratuidade tem o poder de transformar uma pretensão ou um direito agredido em Justiça. Na sociedade moderna, dentro dos preceitos do Estado Democrático de Direito vigente, não pode o Judiciário se afastar ou criar barreiras ao acesso da sociedade à Justiça; antes, tem o dever de ampliar-lhe a abrangência.

Desde o início do século passado houve a preocupação com o aspecto social da assistência, que foi inclusive determinante para a fundamentação e a própria elaboração da lei, como se verifica na justificação do Anteprojeto de Lei, cujo trecho é transcrito abaixo:

*“Ora, se o indivíduo economicamente fraco tem o seu direito violado por um potentado, é claro, que cumpre ao Estado prestar-lhe assistência, de tal forma, que, possa o desvalido*

*obrigar o forte a recuar nas suas investidas anti-sociais, tornando efetivo o império do direito. Com esta atitude o Estado não pratica ato de caridade, distribui justiça, no exercício de sua função normal de defensor dos interesses totais da coletividade.” (grifamos)*

Assim sendo, o legislador sempre tem de buscar a melhor forma de disponibilizar ao cidadão possibilidades de concretização de suas necessidades. Neste sentido, é mais que justa a ampliação da assistência judiciária às pessoas jurídicas, porquanto é uma extensão da própria sociedade, tendo uma grande relevância social, vez que exercem uma função social complementar a do Estado, especialmente no que diz respeito à formação e ao emprego.

Quanto ao direito, já há algum tempo, a doutrina e a jurisprudência pátrias vêm se inclinando e consolidando no caminho de ver a assistência judiciária ser estendida às pessoas jurídicas. Até mesmo pelo caráter inclusivo do instrumento, é plausível e acertada a interpretação mais ampla dada ao texto da Lei 1.060 de 5 de fevereiro de 1950, no qual não se vislumbra qualquer vedação no sentido da concessão da gratuidade de justiça às pessoas morais.

Nesta esteira, pode-se colecionar jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça na qual vislumbramos a posição mais atual, calcada na possibilidade de concessão da gratuidade de justiça às pessoas jurídicas com ou sem fins lucrativos:

### **Processo**

Resp 713942 / RS; RECURSO ESPECIAL 2005/0003143-0

#### **Relator (a)**

Ministro JOSÉ DELGADO (1105)

#### **Órgão Julgador**

T1 – PRIMEIRA TURMA

#### **Data do Julgamento**

03/05/2005

#### **Data da Publicação/Fonte**

DJ 13.06.2005 p. 200

#### **Ementa**

PROCESSUAL CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA. PESSOA JURÍDICA SEM FINS LUCRATIVOS. POSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL. ACÓRDÃO RECORRIDO FUNDADO EM CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 7 DESTE TRIBUNAL.

**Processo**

RESP 512335 / SP; RECURSO ESPECIAL 2003/0027045-0

**Relator (a)**

Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR (1110)

**Órgão Julgador**

T4 – QUARTA TURMA

**Data do Julgamento**

21/10/2004

**Data da Publicação/Fonte**

DJ 09.02.2005 p. 194

**Ementa**

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO PELA LETRA “C” DO AUTORIZADOR CONSTITUCIONAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. PESSOA JURÍDICA COM FINS LUCRATIVOS. LEI N. 1.060/50. APLICABILIDADE, EM TESE. CONCORDATA. EXAME DO ESTADO DE NECESSIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CARACTERIZADA, NO PONTO. CONHECIMENTO PARCIAL. IMPROVIMENTO.

**Processo**

Resp 715048 / RS ; RECURSO ESPECIAL 2004/0182819-0

**Relator (a)**

Ministro JORGE SCARTEZZINI (1113)

**Órgão Julgador**

T4 – QUARTA TURMA

**Data do Julgamento**

26/04/2005

**Data da Publicação/Fonte**

DJ 16.05.2005 p. 365

**Ementa**

RECURSO ESPECIAL – PESSOA JURÍDICA COM FINS LUCRATIVOS – JUSTIÇA GRATUITA – CONCESSÃO – IMPOSSIBILIDADE DE ARCAR COM OS ENCARGOS PROCESSUAIS SEM COMPROMETER A EXISTÊNCIA DA PRÓPRIA SOCIEDADE – COMPROVAÇÃO RECONHECIDA PELA CORTE A QUO – ENTENDER DE MANEIRA DIVERSA IMPLICA REEXAME DE PROVA – MATÉRIA PACIFICADA – SÚMULA 83 DESTA CORTE.

Não obstante a salutar ampliação do instituto, não se pode conceder indistintamente a assistência judiciária a todas as empresas ou instituições; há de se

restringir a possibilidade de utilização do benefício, por meio de regras específicas e predeterminadas.

Assim, para fazer jus à assistência judiciária, primeiramente as entidades representativas deverão estar com sua situação regularizada, conforme o que estabelece o novo Código Civil. Ou seja, deverão ter seus atos constitutivos inscritos no competente órgão de registro próprio, como o CNPJ do Ministério da Fazenda, os Registros Públicos de Empresas Mercantis e demais órgãos legais necessários para a sua regular atuação perante a sociedade.

Neste mesmo contexto, deve ser observada, como condição ao benefício, a impossibilidade da entidade prover as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo de sua atividade empresarial. Esta premissa tem de ser considerada como regra imperativa para o direito ao benefício.

Como exceção à regra restritiva, acolhe-se as pessoas jurídicas que têm atuação de relevância social, buscam direitos da coletividade e não atuam por conta de interesses particulares da entidade. Neste caso, especificamente, encontram-se as pessoas jurídicas sem fins lucrativos que possuem natureza assistencial, filantrópica ou sindical, que no caso determinado postulem em defesa dos interesses da coletividade que representam.

Há de se considerar que, a despeito da legitimidade atribuída às associações legalmente constituídas há pelo menos um ano, conforme determina a Lei Federal 8.078/90, o direito de ação esculpida em interesses coletivos e direitos individuais homogêneos é insuficiente para assegurar o amplo acesso desses legitimados ao Judiciário ou à prestação jurisdicional da qual necessitam.

Em termos gerais, estender o direito a assistência judiciária às pessoas jurídicas, respalda o anseio social por uma maior cobertura às empresas de cunho assistencial e de pequeno porte, bem como consolida o entendimento jurídico que se pacifica gradualmente nos Tribunais.

O presente projeto visa garantir o verdadeiro propósito da Lei nº 1.0606/50, que é de assegurar o acesso ao Judiciário dos que, em razão da humildade de suas condições econômicas, independentemente se serem pessoas físicas ou morais, não têm como arcar com as custas e despesas judiciais; e ainda,

o que é mais importante, ampliar essa garantia do exercício pleno da cidadania em busca do bem maior, a Justiça.

Esta proposição foi, na legislatura passada, apresentada pelo ex-Luiz Bassuma que muito gentilmente aceitou que este parlamentar a rerepresentasse para uma nova tramitação nesta nova legislatura.

Sala das Sessões, em                    de                    de 2011.

**Deputado Federal ALBERTO FILHO**  
**PMDB/MA**